

CONTRATO SUAPE Nº 014/2016

EMENTA: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA, POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, **SUAPE – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS**, E DO OUTRO LADO, A **TIM CELULAR S.A.**, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular que entre si fazem, de um lado na qualidade de **CEDENTE, SUAPE – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS**, empresa pública de direito privado criada pela Lei nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 11.448.933/0001-62, localizada no Engenho Massangana, à altura do Km.10, da Rodovia PE-60, no município de Ipojuca, deste Estado de Pernambuco, também designada simplesmente por **SUAPE**, neste ato, legalmente representada por seu Diretor Vice-Presidente, o Sr. **BERNARDO JUAREZ D'ALMEIDA**, brasileiro, casado, economista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 857.537.854-68, e por seu Diretor de Gestão Portuária, o Sr. **PAULO LUÍS MOURA COIMBRA**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 213.236.314-53, ambos residentes e domiciliados na cidade de Recife/PE, e do outro lado, na qualidade de **CESSIONÁRIA**, a empresa **TIM CELULAR S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 04.206.050/0082-46, estabelecida na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 1.633, sala 41, no bairro de Piedade, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, neste ato, representada por seu procurador, o Sr. **HARLANO MOREIRA GADELHA**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.177.590 SSP/PB, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 769.081.784-04, residente e domiciliado na cidade de Recife/PE, e o Sr. **ADILSON COUTINHO GADELHA JÚNIOR**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.388.708, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o CPF nº 754.880.354-00, domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, nº 1.633, no bairro de Piedade, na cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE, **TÊM ENTRE SI, JUSTO, ACORDADO e CONTRATADO** o presente **NEGÓCIO JURÍDICO**, que se regerá mediante todos os termos, cláusulas e condições, que abaixo livremente estipulam, aceitam, outorgam e se obrigam a cumprir, a qualquer tempo, por si e por seus sucessores:

CONSIDERANDO: que a área objeto desta cessão encontra-se dentro da poligonal do **PORTO ORGANIZADO DE SUAPE** e classifica-se como não-operacional;

CONSIDERANDO: que cessão de uso onerosa, nos termos do inciso X do Art. 2º da Resolução ANTAQ nº 2.240/2011, é a cessão onerosa de áreas portuárias sob gestão da Administração do Porto, localizadas dentro da poligonal do Porto Organizado, mediante prévio procedimento licitatório, visando a execução de empreendimento de cunho econômico e que tenha por finalidade apoiar e prestar serviços de interesse aos agentes e usuários que atuam no Porto.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS E VINCULAÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

O presente Contrato encontra-se fundamentado e vinculado ao **PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 019/2015**, vinculado ao Edital da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2015**, fundamentado na Lei nº 8.666/93, bem como, nos dispositivos da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, do Decreto Presidencial nº 8.033, de 27 de junho de 2013, na Portaria SEP/PR nº 409, DE 27/11/2014 e na Resolução nº 2.240-ANTAQ, de 04 de outubro de 2011, na portaria SUAPE nº 083/2014; na Proposta Operacional/Administrativa – POA, datada de 02/10/2015, emitida pela Coordenadoria Executiva de Contratos; a Comunicação Interna - CI nº 086/2016, datada de 07/03/2016, emitida pela Comissão de Licitação, e o Relatório do referido **PROCESSO LICITATÓRIO**, devidamente homologado pelo Diretor Vice-Presidente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO E DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA

Constitui o objeto deste instrumento **A CESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE ÁREA NÃO OPERACIONAL LOCALIZADA NA ZIP – ZONA INDUSTRIAL PORTUÁRIA DE SUAPE, MEDINDO 232,00 M² (DUZENTOS E TRINTA E DOIS METROS QUADRADOS), DE ACORDO COM A PLANTA BAIXA E O MEMORIAL DESCRITIVO (ANEXO I)**, que seguem em anexo ao presente Instrumento e dele fazem parte integrante, como se aqui estivessem inteiramente transcritos, cuja destinação estará vinculada implantação e operação de uma **ESTAÇÃO RÁDIO BASE (ERB) DE TELEFONIA MÓVEL** a proporcionar sistemas de comunicação de qualidade aos agentes e usuários que atuam no **PORTO DE SUAPE**.

PARÁGRAFO ÚNICO:

A área objeto do presente **CONTRATO** encontra-se em total consonância com o PLANO DE

DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO - PDZ e com o PROGRAMA DE ARRENDAMENTO DO PORTO DE SUAPE - PAA e sem oferecer qualquer prejuízo para as atividades operacionais desenvolvidas na área do Porto Organizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de duração do presente CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA de área no PORTO ORGANIZADO DE SUAPE será de 10 (dez) anos, contados a partir da data de assinatura deste Instrumento, podendo, a critério de **SUAPE**, ser prorrogado, uma única vez, por até igual período, mediante TERMO ADITIVO ao presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A **CESSIONÁRIA** deverá solicitar a prorrogação do prazo do presente Contrato de cessão, em até 6 (seis) meses antes do término deste instrumento, sob pena de decadência desse direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Existindo o pronunciamento da **CESSIONÁRIA**, a **CEDENTE/SUAPE** deverá se posicionar sobre o pleito em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da manifestação.

CLÁUSULA QUARTA – DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES

A área, objeto do presente Contrato, é cedida ao **CESSIONÁRIO** com **232,00 m²** (duzentos e trinta e dois metros quadrados), localizada na zona Industrial portuária de **SUAPE** e apresenta a seguinte estrutura:
Edificação em alvenaria: emassada e pintada; **Cobertura em laje:** impermeabilizada porta de ferro;
Infraestrutura para ar condicionado; **Cercamento:** executado em mourão de concreto armado e fechamento com tela de aço galvanizado; **Acesso de pedestres:** com portão em ferro pintado.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Outras instalações, além daquelas descritas nesta Cláusula, deverão ser implementados pelo **CESSIONÁRIO**, necessariamente, mediante prévia aprovação de **SUAPE**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS BENFEITORIAS E DA RELAÇÃO DOS BENS AFETOS À ÁREA E CRITÉRIOS DE REVERSIBILIDADE

A área, objeto do presente Contrato, será entregue nas condições em que se encontram, as quais estão

especificadas neste Instrumento e no TERMO DE REFERÊNCIA, que é parte integrante deste acordo, independentemente de sua transcrição. As adequações necessárias à utilização para atividade compatível com o objeto desta contratação, sempre em conformidade com as recomendações de **SUAPE**, especialmente aquelas contidas na Planta Baixa e Memorial Descritivo (Anexo I deste Contrato), deverão ser submetidas à aprovação prévia de **SUAPE**, mediante projeto, em três vias, acompanhado dos respectivos arquivos magnéticos, correndo as despesas decorrentes por conta do **CESSIONÁRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O projeto acima aduzido deverá ser elaborado em conformidade com as recomendações de **SUAPE**, tendo a LICITANTE ADJUDICATÁRIA o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do início da vigência (da data da assinatura) deste Instrumento, para sua apresentação à **SUAPE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A partir da data de recebimento do projeto, **SUAPE** terá um prazo de até 15 (quinze) dias para sua análise, cabendo à LICITANTE ADJUDICATÁRIA a execução das obras de adequação, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da NOTIFICAÇÃO da aprovação dos projetos.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

As benfeitorias efetuadas na área, provenientes das obras de adequação, passarão ao patrimônio do imóvel, tão logo sejam concluídas, independentemente de qualquer indenização, com exceção dos equipamentos móveis.

PARÁGRAFO QUARTO:

A área está sendo disponibilizada com as especificações descritas neste Contrato, em estado de boa conservação, sendo os bens e suas benfeitorias transmitidos ao **CESSIONÁRIO**, quando da assinatura deste Instrumento Contratual, devendo ao final deste Contrato serem restituídos nas mesmas condições.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DA CESSÃO

A **CESSIONÁRIA** pagará a **SUAPE**, mensalmente, pela cessão da área, objeto deste **CONTRATO**, o valor de **R\$ 9.000,00** (nove mil reais), perfazendo o montante global anual de **R\$ 108.000,00** (cento e oito mil reais) e o montante **R\$ 1.080.000,00** (um milhão e oitenta mil reais), ao longo dos dez anos de locação, **conforme proposta apresentada pela vencedora da licitação**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Os valores contratuais serão reajustados a cada período de **12 (doze)** meses, **decorrido um ano da proposta** ou do orçamento a que essa se referir, conforme prescreve a Lei Estadual nº 12.525/2003, através do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que o venha substituir no período.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Na falta do IGP-M - IBGE, Índice Geral de Preços do Mercado do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, **SUAPE** adotará outro índice que venha a ser regulamentado pelo Governo Estadual.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

O atraso no pagamento mensal pela **CESSIONÁRIA** a **SUAPE**, por mais de 03 (três) meses consecutivos, ensejará a rescisão deste Instrumento Contratual.

PARÁGRAFO QUARTO:

O atraso no pagamento da parcela implicará na aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, acrescida de multa de 10% (dez por cento) sobre a inadimplência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser realizados, mensalmente, pela **CESSIONÁRIA** mediante fatura emitida por **SUAPE**, na qual constará a data do seu vencimento, conforme rotineiramente praticado por **SUAPE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

O pagamento deverá ser efetuado através de Boleto Bancário encaminhado por **SUAPE** até o dia 30 de cada mês;

PARÁGRAFO SEGUNDO:

O prazo para pagamento do aluguel será até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao anterior em que foi emitido o Boleto Bancário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações:

I – DO CESSIONÁRIO:

- a) fixar e manter em local visível placa alusiva ao objeto contratado;
- b) adotar medidas necessárias para evitar, fazer cessar, mitigar ou compensar a geração de danos ao meio ambiente, causados em decorrência do desenvolvimento de suas atividades, observada a legislação aplicável e as recomendações para o setor;
- c) cumprir, no que couber, o regulamento de exploração do Porto;
- d) atender à intimação para regularizar a utilização da área;
- e) manter, por si, a área cedida, em perfeitas condições de uso, limpeza e higiene, zelando sempre para que sua utilização se proceda de acordo com sua destinação;
- f) não alterar a finalidade da destinação do objeto do presente Contrato, sob qualquer motivo ou pretexto, nem transferir a posse da área cedida, no todo ou em parte, a qualquer título, sob pena de rescisão do presente Instrumento;
- g) pagar todas as despesas fixadas no presente Contrato, como também, as relativas a impostos e taxas, fornecimento de água, energia elétrica, manutenção dos equipamentos, etc. no período em que utilizar a área e instalações de **SUAPE**;
- h) responder diretamente por todos os danos e prejuízos, eventualmente, causados a terceiros ou a **SUAPE**, por ação, omissão ou negligência sua ou de preposto a seu serviço;
- i) manter-se, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação instaurada por **SUAPE**.

II – DO CEDENTE:

- a) entregar ao **CESSIONÁRIO** a área objeto deste Contrato, na condição em que se encontra, na data da assinatura deste Instrumento;



- b) apoiar o **CESSIONÁRIO** no cumprimento de exigências que lhe sejam feitas pelos órgãos de fiscalização e que sejam de responsabilidade do mesmo;
- c) encaminhar à **ANTAQ** o presente CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA, em até 30 (trinta) dias, a partir da sua celebração.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

São penalidades impostas por descumprimento ao que previsto neste Contrato:

- a) multa;
- b) advertência;
- c) rescisão administrativa do Contrato; e
- d) caducidade do Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

As penalidades acima apresentadas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

Ressalvadas as disposições deste Instrumento, com penalidades específicas já previstas, caso a **CESSIONÁRIA** deixe de cumprir quaisquer outras cláusulas deste Instrumento Contratual ou infrinja disposições legais vigentes, estará sujeita à multa no percentual de 10% (dez por cento) do valor, da cessão da área, vigente na ocasião do inadimplemento, que lhe será imposta por **SUAPE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Das penalidades aplicadas por **SUAPE**, que serão precedidas do contraditório e da ampla defesa, caberá recurso à **ANTAQ**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação.

CLAUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, devendo a parte que pretende a rescisão comunicar, por escrito, para a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Paulo Coimbra
Diretor de Gestão Portuária



PARAGRAFO PRIMEIRO:

O descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste Contrato ou a rescisão do Contrato antes do seu término, faz incorrer a parte infratora em multa no valor de 01 (um) aluguel, em vigor à época da infração, importando a rescisão de pleno direito do Contrato;

PARAGRAFO SEGUNDO:

Caso haja impedimento de ordem técnica, fundado em decisão ou parecer de órgão público, este Contrato poderá ser extinto ou rescindido, sem que qualquer das partes incorra na multa prevista no Parágrafo anterior, hipótese esta que implicará no pagamento pela **CESSIONÁRIA** do aluguel proporcional ao período que fez uso no mês e a reposição da área locada no estado original.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Independente de qualquer outra disposição deste Contrato, o mesmo poderá ser considerado rescindido, por **SUAPE**, de pleno direito, judicial ou extrajudicialmente, conforme estatuído nos Artigos 78 e 79, da Lei nº 8.666/93, pelo inadimplemento ou infração de quaisquer de suas cláusulas e condições, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura causados à **SUAPE**, pela infratora.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DA CESSÃO

A cessão de uso, objeto deste Contrato, poderá se extinguir, fazendo reverter o imóvel à **SUAPE** nos seguintes casos:

- a) Pelo decurso do prazo, observado o disposto na CLÁUSULA TERCEIRA;
- b) a qualquer tempo, por comum acordo entre as partes, mediante instrumento escrito assinado por ambas as partes;
- c) utilização da área pela **CESSIONÁRIA** com destinação diversa da estabelecida neste Contrato;
- d) caducidade deste Contrato;
- e) rescisão administrativa;
- f) decisão judicial transitada em julgado;



Paulo Zomatto
Diretor de Gestão e Inovação



- g) Determinação da **ANTAQ** – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, e/ou **SEP/PR** – Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

PARÁGRAFO ÚNICO:

A critério de **SUAPE**, este CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA poderá ser rescindido, caso seja dada destinação diversa à área.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA COMUNICAÇÃO À ANTAQ

A celebração do presente CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA, e seus aditamentos, deverá ser comunicada à **ANTAQ** por **SUAPE**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados de sua assinatura, mediante o encaminhamento de cópia do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos vinculados ao CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA deverão correr exclusivamente às expensas da **CESSIONÁRIA**, mediante prévia anuência de **SUAPE**, sem direito à indenização, devendo ser preservadas as condições originais das áreas e instalações cedidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

Para o cumprimento e o fiel atendimento às disposições do Edital e deste Contrato, a Empresa **SUAPE** designa a **Diretoria de Gestão Portuária - DGP**, através da **Coordenadoria Executiva de Contratos**, responsável pela GESTÃO deste Contrato, cuja atuação ou falta desta não excluirá a responsabilidade da **CESSIONÁRIA** por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Todas as instruções, reclamações e quaisquer entendimentos entre a GESTÃO e a **CESSIONÁRIA** deverão ser feitas por escrito, nas devidas oportunidades, não se tomando em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou reclamações verbais.



PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

ANEXE MOURA
OAB/PE 21018-D
SUAPE

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A GESTÃO que será exercida pela Empresa **SUAPE**, não isentará e nem mesmo reduzirá a responsabilidade da **CESSIONÁRIA**, inclusive perante terceiros, pelo fiel cumprimento às presentes disposições.

PARÁGRAFO TERCEIRO:

Das decisões da GESTÃO, a **CESSIONÁRIA** poderá interpor recurso, sem efeito suspensivo, a **DIRETORIA DE GESTÃO PORTUÁRIA - DGP**, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da determinação recorrida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

A transferência de titularidade do presente Contrato dependerá de prévia análise e aprovação de **SUAPE**, mediante procedimento regido com base nos dispositivos normativos vigentes e aplicáveis às explorações de áreas e instalações portuárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA

O **CESSIONÁRIO** deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da assinatura deste Instrumento, apresentar garantia de execução do Contrato, no valor e modalidades definidos no Instrumento Convocatório, que é deste parte integrante.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O descumprimento da Cláusula acima acarretará na imediata rescisão do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO

Conforme disposto na Lei Federal aplicável, o presente Instrumento Contratual será publicado no Diário Oficial do Estado, na forma de extrato, como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deverão ser dirimidos com base na legislação de regência, sobretudo, a Lei nº

Paulo Colímbria
Diretor de Gestão Portuária



Complexo Industrial Portuário
Governador Eraldo Gueiros

12.815/2013, Decreto Presidencial nº 8.033/13, Portaria nº 409/2014-SEP/PR
e Resolução ANTAQ nº 2.240/11.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As partes, usando da disponibilidade que lhes concede o Art. 78, do Código Civil Brasileiro, elegem o foro da Comarca de **IPOJUCA**, no Estado de **Pernambuco**, como o único competente para dirimir todas e quaisquer questões decorrentes do presente Instrumento.

E, por estarem assim, justas, acordadas e contratadas, as partes mandaram digitar o presente **CONTRATO SUAPE Nº 014/2016**, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para o mesmo fim e efeito de direito, o qual depois de lido e achado conforme, assinam-no, juntamente com as testemunhas que a tudo assistiram.

Ipojuca (PE), 10 de março de 2016.

SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

BERNARDO JUAREZ D'ALMEIDA

Diretor vice-presidente

PAULO LUÍS MOURA COIMBRA

Diretor de Gestão Portuária

Gestor/Fiscal deste Contrato

(assinatura/carimbo)

Luiz Barros

Coord. Exec. de Contratos

TIM CELULAR S.A.

HARLANO MOREIRA GADELHA

Procurador

ADILSON COUTINHO GADELHA JÚNIOR

Procurador

TESTEMUNHAS:

1. Maria José Simplicio
CPF nº **Maria José Simplicio**
RG. 1312.379-SSP-PE

2. Ana Flávia Ferraz
CPF nº **Ana Flávia Ferraz**
Real Estate & Facilities
CPF 060 560 274-30
RG 7 140 227 SDS-PE

SUAPE – COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS
Rodovia PE-60 – Km 10 – Engenho Massangana – Centro Administrativo - Ipojuca – PE – Brasil – CEP 55590-000
Fone: 55 (81) 3527-5000 – Fax: 55 (81) 3527-5064 – E-mail: suape@suape.pe.gov.br - <http://www.suape.pe.gov.br>
CT Nº 014/2016_TIM CELULAR S.A. _PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015_CONCORRENCIA Nº 005/2015 (AM)

PAULO LUÍS MOURA COIMBRA
OAB/PE 12.815/2013
SUAPE



PERNAMBUCO
ESTADO DO PERNAMBUCO

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE - www.tabelionatofigueiredo.com.br
Av. Hercúlio Bandeira, 563 - Pina - Recife - Pernambuco - Fones: (81) 3073.0800
Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho - Tabelião Público



Reconheço a(s) firma(s) por semelhança de:

[0166487] - HARLANO MOREIRA GADELHA.....

[0205512] - ADILSON CORTINHO GADELHA JUNIOR..

Recife, 06 de Julho de 2015. Em test. da verdade.

JEMYSON DE LUNA OLIVEIRA - Escrivão

Emol: R\$ 8,72; TSNR: 1,46; FERC: 0,72; Total: 8,72

Selo eletrônico de fiscalização: 0073783.DKQ12201502.38764 e

0073783.JHR1:2201502.38765

Constite Autenticidade em: www.tipe.jus.br/selodigital

